

Superior Tribunal de Justiça

AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1660557 - SC (2015/0159979-2)

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
AGRAVANTE : BERTOLDO ALVARO DOS SANTOS
AGRAVANTE : BERTOLDO ALVARO DOS SANTOS FILHO
AGRAVANTE : TEREZINHA MARIA SOARES
AGRAVANTE : ROBERTO ASSIS SOARES
ADVOGADOS : SANDOVAL BARRETO E OUTRO(S) - SC004316
JESSICA GONÇALVES - SC032166
AGRAVADO : JOAQUIM LUIZ MARTINS
AGRAVADO : NARA REGINA ANELI MARTINS
ADVOGADOS : SANDOVAL BARRETO - SC004316
LEANDRO SCHAPPO E OUTRO(S) - SC016809
CARINE ANELI MARTINS TRINDADE - RS057300
AGRAVADO : MARIA GONÇALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : PAULO RENATO ERNANDORENA - SC006530
AGRAVADO : CARLOS MOREIRA BATISTA
AGRAVADO : VALDECI GONÇALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : LUILSON ROBERTO MENDES - SC020757
INTERES. : PEDRO OSORIO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : EVARISTO TEIXEIRA DO AMARAL - SC017817B
INTERES. : MARIA DE OLIVEIRA
INTERES. : CELINA OLIVEIRA DE ABREU
INTERES. : FLORISBELA SILVA DE OLIVEIRA
INTERES. : MARIA DAS DORES SOUZA
INTERES. : ALADIR TEODORO DE SOUZA
INTERES. : JOAQUIM DE OLIVEIRA
INTERES. : MARIA DAS DORES SILVA DE OLIVEIRA
INTERES. : MARIA NAUCKE DOS SANTOS
INTERES. : MARCOLINA GEORGINA DE OLIVEIRA -
SUCESSÃO

EMENTA

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. ART. 1.021, § 1º, DO CPC/2015. SÚMULA Nº 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

1. Não pode ser conhecido o recurso que não infirma especificamente os fundamentos da decisão agravada, haja vista o disposto no art. 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015. O conteúdo normativo do referido dispositivo legal já estava cristalizado no entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça na redação da Súmula nº 182/STJ.

2. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por

Superior Tribunal de Justiça

unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Relator

